

Estórias da história: fragmentos da história de Cabo Verde: a presença de mitos

Carlos Rodrigues

Universidade do Mindelo, Cabo Verde

carlosrodrigues071@gmail.com

Estórias da história: fragmentos da história de Cabo Verde: a presença de mitos

Resumo

Em Cabo Verde é possível observar e analisar mitos que vão desde a sua génese constitutiva como povo, passando por etapas importantes como a formação de uma identidade coletiva, a proclamação da independência política, até a construção de um Estado. Os mitos são parte integrante da história de Cabo Verde e desempenham um papel social específico

Palavras-chave: mito, identidade, história.

Abstract

In Cape Verde, it is possible to observe and analyze myths that range from their constitutive genesis as a people, passing through important stages such as the formation of a collective identity, the proclamation of political independence, until the construction of a State. Myths are an integral part of Cape Verde's history and play a specific social role

Keywords: myth, identity, history.

Enquadramento

Ao longo da história dos povos e das civilizações os mitos têm desempenhado um papel importante. Na realidade, trata-se de uma tentativa, de entre outras, de explicação da realidade.

O estudo dos mitos demonstra que são tão velhos quanto a humanidade. Todos os povos construíram, imaginaram explicações sobre fenómenos e fatos que não conseguiam uma explicação racional e associaram estas explicações a divindades sobrenaturais. Não há povo sem cultura e não há povo sem mito.

Para Eliade (1989) o mito é uma narração de uma história sagrada, que engloba um algo que aconteceu no tempo primordial, contando como graças aos feitos dos seres sobrenaturais, uma realidade passou a existir, quer seja a realidade total, o Cosmos, quer apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição.

Os mitos englobam uma consciência coletiva e são intemporais porque não estão relacionados com o espaço e tempo comuns. “Era uma vez”, a “Idade de Ouro”, a “Aurora dos Tempos” ou o “Fim da História”, tudo isso implica eventos passados ou futuros que não estão diacronicamente ligados ao presente.

Os mitos são parte integrante da história coletiva. Nesta linha Luis De Viana (2008) sustenta que:

Los mitos y leyendas no están tan lejos como a veces se ha creído del rumor o del cuento, pues con ellos comparten -a menudo- los mismos asuntos. Pero, a diferencia de ellos – que son cosa del instante o claramente intemporales-, mito y leyenda constituyen una parte poco conocida y, sin embargo, muy importante de la memoria colectiva.

Cabo Verde é um país onde os mitos e as lendas fazem parte do imaginário coletivo. Envolvem épocas e períodos importantes da vida, que vão desde o nascimento até a morte.

Segundo Lopes Filho (1981) os mitos e as lendas são indispensáveis a todas as culturas. Enquanto afirmações de realidades primárias, que ainda vivem na experiência quotidiana e enquanto justificativas pelo precedente, proporcionam um padrão retrospectivo de valores morais, de ordem sociológica e das crenças mágico-religiosas.

É preciso refletir um pouco na relação estabelecida entre mito e história. De certo modo, o mito sempre foi entendido como uma estória falseada e imaginada enquanto a história tinha por base fatos verídicos e comprovados. Ora, em Cabo Verde a própria génese histórica do arquipélago está envolta em polémicas, incertezas, mitos.

Na verdade existem alguns mitos que “explicam” a origem das ilhas. Nesta linha Lopes Filho (2013) assegura que quase todos os povos possuem o seu mito das origens e na circunstância de Cabo Verde tal poderá ocorrer no imaginário simbólico, na medida em que algumas correntes atribuem a origem mítica do arquipélago a textos de Platão -Tímeo e Critias em especial, que recupera a misteriosa Atlântida, numa lenda narrada em diálogos escritos por volta de 350 aC, dentro de uma conversa que se terá passado entre Sócrates e seus discípulos em Atenas (421aC) conjugando-a com o do Jardim das Hespérides.

Outros autores, historiadores e poetas sobretudo, têm analisado a presença dos mitos ao longo da história do arquipélago de Cabo Verde, fundamentalmente na sua génese. Conforme argumenta Duarte (2015) a recuperação do mito da perdida Atlântida a favor das ilhas macaronésias, mas em especial de Cabo Verde, pois o tremor de terra que terá levado ao afundamento da ilha continente tê-la-á partido em dez pedaços que deram origem às ilhas de Cabo Verde, constitui um elo fundamental na idiosincrasia do cabo-verdiano. Travestido em várias formas e sentimento, ele permite que, para lá de todas as limitações, reduzidas dimensões e sentimentos ligados ao passado colonial e à escravização, o cabo-verdiano seja portador de uma significativa autoestima.

Independentemente dos conteúdos, os mitos recriam muitas vezes uma parte heroica, explicativa ou complementar, que permitem satisfazer esta necessidade de afirmação, de posicionamento face ao universo.

1. Fragmentos da história de Cabo Verde

Os fragmentos aqui selecionados têm como baliza o período que vai desde descoberta do arquipélago até o século XX em que o país se constitui como Estado independente.

Descoberto no século XV pelos navegadores portugueses, o povoamento das ilhas foi feito mediante o que se pode chamar de um “transplante” do tecido social pois encontravam-se desabitadas, tendo sido introduzido dois grupos humanos, os europeus, minoritários, e os africanos em larga escala, constituindo-se deste modo formações sociais denominadas “crioulas” sob a hegemonia dos europeus.

É preciso observar que a raça foi um elemento de diferenciação social nos primeiros tempos da colonização, em que a hierarquia estava delineada em função da cor da pele. Com efeito os brancos ocupavam a hierarquia mais alta, cabendo aos mulatos e aos negros as hierarquias intermédias e baixas respetivamente.

Ainda durante o período colonial foram criados alguns mitos. Durante este percurso é preciso observar como o mito da mestiçagem foi sendo construído e como é utilizado como mecanismo de construção da própria identidade.

Na ótica de Gomes (2018) a reivindicação/criação da identidade mestiça pela elite letrada, serviu como forma de se distinguir dos portugueses, na época colonial, colocando-se como autênticos filhos da terra e, portanto, aqueles que deveriam ter o domínio do arquipélago, ocupando os cargos exclusivos destinados aos lusitanos dentro da administração colonial. Os mestiços serviam como mediadores entre a coroa portuguesa e os camponeses, visto que representavam o híbrido entre essas duas classes – aliás, muito mais identificado com a primeira.

Dissertando sobre o povoamento do Arquipélago e Formação do crioulo, no século XV, Carreira (1972) afirma que os habitantes passaram a formar três classes: brancos, naturais e negros, livres e escravos.

Nesta primeira fase as divisões de classe vão coincidir com as raciais e do ponto de vista de posses interessa identificar dois grupos: os dominantes e os dominados. Por um lado os brancos, que apesar de constituírem um leque reduzido detêm os poderes e os privilégios concedidos pela coroa, e por outro lado os africanos, livres ou não, a verdade é que nesta fase a sua situação é idêntica, com condições de existência precárias logo com fracos recursos.

Mais tarde, com o evoluir dos acontecimentos e mediante a combinação de fatores quer externos quer internos, o grupo dos africanos e forros assumirá uma posição social mais alta na estrutura social, se bem que numa altura em que o critério racial já não é o fator mais relevante na definição das hierarquias sociais.

Este período tem início aproximadamente no século XVII, altura em que o arquipélago vai começar a sofrer uma série de mudanças estruturais na sua economia e no seu tecido social. Tais mudanças vão alterar uma série de lógicas anteriores, trazendo consigo novas relações sociais e um posicionamento diferente dos atores intervenientes.

A agricultura e a pecuária foram atividades relativamente importantes para Cabo Verde desde o início do seu povoamento. Na verdade, a economia das ilhas, entre os séculos XV e XVII aproximadamente, assentou-se acima de tudo no comércio de escravos e especiarias entre a costa africana e a Europa.

Tirando partido da posição geoestratégica ocupada no oceano atlântico, as ilhas foram utilizadas como locais de escala e abastecimento das frotas marítimas, desempenhando deste modo a função de entreposto comercial, fornecendo produtos agropecuários e outros de apanha como a urzela e o sal. Neste contexto de articulação floresceram entrepostos urbanos importantes como os casos de Ribeira Grande (Cidade Velha), São Filipe e mais tarde Praia. Era portanto deste modo que se processava a inserção do arquipélago na economia-mundo.

Com a primeira grande depressão económica do capitalismo em meados do século XVII e o enfraquecimento da metrópole Portugal, os escravos adquiridos na costa da Guiné passam a ser transportados diretamente para os mercados de mão-de-obra como Brasil, Antilhas e Canárias, não fazendo escala em Cabo Verde, o que vai provocar repercussões fortes na economia das ilhas, constituindo mesmo um rude golpe. Bem pior irão ficar com a abolição do tráfico de escravos no século XIX.

Neste contexto Furtado (1993) garante que:

...Todo o sistema de “plantations” na América do Norte, nas Antilhas e na América do Sul, estava assentado no trabalho de escravos. Na mesma linha Cabo Verde, também, a mão-de-obra das fazendas e engenhos era escravo. O escravo era imprescindível à agricultura. Ele constitui-se num fator de produção, sem o qual não se poderia conceber a agricultura na época. No entanto, a crise económica abala Cabo Verde bem antes da escassez da mão-de-obra escrava, ainda que a extinção do tráfico venha a dar o golpe de misericórdia na economia agroexportadora do arquipélago.

Algumas mudanças na sociedade cabo-verdiana só serão plenamente visíveis no século XIX, mais concretamente na segunda metade. Em relação a este propósito Estevão (1998) sugere que:

Podemos considerar como principais fatores de mudança a emigração moderna, a abolição do regime de morgadio e da escravatura e o processo de edificação do sistema colonial moderno.(...) O impacte de cada um

destes fatores foi diferenciado no tempo, nem sempre imediato, mas conjugando-se a partir do fim do século no sentido de uma profunda transformação da natureza da sociedade e da economia cabo-verdiana.

Estas influências externas, determinantes na economia cabo-verdiana, conjugados com fatores internos como a seca, vão produzir alterações substanciais em Cabo Verde. É todo o arquipélago que se fecha sobre si próprio, ou melhor, que é vetado ao abandono e à sua sorte. A produção agrícola e a pecuária que antes estavam viradas para a exportação vão ceder lugar a uma agricultura de subsistência.

Tudo isto vai provocar alterações na estrutura social. Assiste-se ao declínio da grande propriedade, o morgadio, pois os senhores proprietários (brancos basicamente) utilizavam sobretudo mão-de-obra escrava que nesta altura escasseia e a sua produção estava orientada para o exterior. Com o empobrecimento dos grandes proprietários brancos as suas propriedades vão ser divididas em parcelas, que vão ser cultivados, muitas vezes a título de arrendamento, por africanos livres e já não por escravos¹.

Este é sem dúvida um dado novo e importante: o fato de africanos começarem a ter acesso à propriedade começa a configurar uma nova relação de forças na estrutura social, numa altura em que o critério racial já não tem qualquer importância. Temos assim um segmento que começa a ganhar peso na estrutura social, a dos africanos (livres) proprietários.

No século XVIII teríamos assim, segundo Afonso (1996) uma reduzida burguesia, uma pequena burguesia também pouco numerosa, e um campesinato numeroso, constituído por rendeiros, parceiros e pequenos proprietários rurais.

Esta estrutura não sofrerá muitas alterações até finais do século XIX, altura em que o tecido social de Cabo Verde vai ser configurado e manter-se-á inalterável até ao período da independência no século seguinte.

Entramos no século XX e é preciso destacar que a maior parte das independências dos países africanos ao sul do Saara processou-se nos anos sessenta. Lopes (1996) defende que:

Os anos 60 começam de forma auspiciosa para a África. De Argel ao Cabo verificam-se sinais de que tinha chegado a hora do continente se tornar independente. Ao todo 17 países irão juntar-se à Libéria (1847), União Sul Africana) 1909), Egipto (1922), Etiópia (1940), Líbia (1952), Gana (1957) e Guiné (1958), entre eles o Senegal (1960).

No tocante às ex-colónias portuguesas, que é o caso de Cabo Verde, estes processos viriam a ter lugar um pouco mais tarde, no início dos anos setenta.

Na conjuntura internacional do momento destacamos dois fatores que exerceram influências na configuração destes processos. Por um lado, o conflito Oeste/Leste, a chamada "Guerra Fria", liderada pelos Estados Unidos e União Soviética. Estando em jogo a capacidade de exercício de influências e de protagonismo em muitas zonas do globo, ambos os blocos, sobretudo o de Leste, apoiaram ou facilitaram

¹Andrade diz-nos que com o lento processo de alforreamento dos escravos, a mestiçagem, a fuga constante de escravos, com as atividades comerciais dos "lançados", com as remessas dos emigrantes que partiam desde finais do século XVII contratados pelos baleeiros americanos e, finalmente, com a abolição da escravatura, elementos da população local (mestiços e negros) tiveram acesso, pouco a pouco, à propriedade ou tornaram-se comerciantes nas ilhas. (ANDRADE, E., 1996, pp. 127).

processos de independências africanas em curso no momento. Por outro lado, as teorias de desenvolvimento e modernização, bastante em voga nos anos setenta e oitenta, vão ter influências nas opções estratégicas de desenvolvimentos traçados pelos países então independentes.

Heimer (1990) defende que:

Os Estados pós-coloniais em África adotam o discurso da modernização essencialmente por quatro motivos: porque a filiação cultural das elites africanas ao mundo das antigas metrópoles as leva a (também) considerar este discurso como natural; porque o discurso surge como ideologia de legitimação para as estratégias de legitimação de reprodução (simples ou alargada) das classes burocráticas do Estado: porque os Estados precisam legitimar-se assim perante as populações, indo ao encontro de aspirações condicionadas, simultaneamente, por perspectivas ideológicas inspiradas do paradigma da modernização, e pelas fortes clivagens existentes nas formações sociais contemporâneas, face as quais a educação aparece como o principal mecanismo de acesso a posições privilegiadas, porque os Estados precisam de legitimar-se os agentes não africanos, de cuja ajuda dependem numa medida importante para a sua manutenção/reprodução.

Estas ideologias de desenvolvimento e modernização desta altura transformaram-se, de certa forma, em autênticos mitos.

No caso de Cabo Verde, que acederia a independência em 1975, estes fatores são igualmente válidos. Os apoios da União Soviética fizeram-se sentir na componente militar no palco da luta armada na Guiné Bissau contra os portugueses. A própria reforma agrária aprovada em Cabo Verde em 1982 reflete de alguma forma as teorias de modernização.

No entanto bem mais importante vão ser as condicionantes que advêm da metrópole Portugal enquanto potência colonizadora. Na verdade, apesar das múltiplas pressões internacionais, nomeadamente da ONU no sentido da descolonização, Portugal teimou na manutenção das suas possessões vindo a enfrentar uma guerra colonial. Esta atitude viria a merecer duras críticas e um gradual isolamento de Portugal.

A questão de uma possível legitimidade aqui nem sequer se coloca, embora nas últimas décadas de colonização _ por questões económicas ou se quisermos enquadrados numa lógica de custo/benefício _ tenha sentido alguma necessidade neste sentido.

Na realidade tratava-se de uma fase em que já não era possível, ou pelo menos pouco viável, a manutenção da situação colonial exclusivamente mediante a utilização de instrumentos repressivos ou a supremacia tecnológica. A ação no terreno começou a privilegiar então a suposta componente civilizacional e desenvolvimentista do processo da colonização na arena internacional, o que beneficiou bastante os movimentos independentistas nas colónias.

Entra aqui em cena um conjunto de mitos de desenvolvimento, criados e divulgados pelas metrópoles, com o intuito de obtenção de alguma legitimação junto das povos colonizados.

Sem descurar as influências externas a nossa opção neste artigo foi de privilegiar acima de tudo determinados aspetos da vertente interna do processo cabo-verdiano. Assim sendo, à semelhança de outros países africanos, é importante ter em conta o partido na análise do Estado. Esta necessidade é visível quando

observamos a gênese do Estado e prolongamos a análise durante os primeiros anos da sua existência como instituição, em que Estado e partido se confundem.

Efetivamente, a constituição de um Estado soberano em Cabo Verde está intimamente associado a um partido político, o P.A.I.G.C., (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) que levou a cabo uma luta armada contra a metrópole portuguesa e assumiria os destinos do país à partir de 1975. Este partido foi fundado a 19 de Setembro de 1956 em Bissau por cinco cabo-verdianos e guineenses e liderado pelo engenheiro agrónomo Amílcar Cabral. O seu surgimento enquadra-se na onda dos movimentos independentistas que então varriam a África e dos processos de constituição de organizações políticas que pudessem servir como meios de luta.

Embora Cabo Verde não tenha sido palco da luta de libertação (que se processou na Guiné Bissau) o acordo da independência deste país foi assinado em Lisboa, no dia 19 de Dezembro de 1974 entre representantes portugueses e do PAIGC. Cardoso (1993) ressalta que apesar do articulado cuidado do acordo em que, em nenhum ponto, reconhecia o PAIGC como único representante do povo de Cabo Verde, havia, pelo próprio ato de negociações e de assinatura do acordo, o reconhecimento tácito de que esse partido era a única força política no teatro cabo-verdiano. Num outro ponto, esse reconhecimento manifesta-se na composição do Governo Provisório que prevê três Ministros nomeados segundo indicação do PAIGC. De qualquer das formas o fato a registar é de que este partido ascendeu ao poder nas ilhas de Cabo Verde. Embora tenha existido o compromisso da eleição de uma assembleia representativa que tinha por missão declarar a independência de Cabo Verde e redigir uma constituição, o partido adotou uma lei de organização política do Estado (LOPE) que só viria a ser substituída em 1980 por uma Constituição.

Deste modo percebemos a impossibilidade da separação do partido e do Estado neste momento histórico. Como remata Silva (1997) o PAIGC, assumindo-se como vanguarda revolucionária, reveste-se, de forma total e completa, da capacidade de decidir imperativamente sobre a problematidade social e histórica de Cabo Verde.

2. Alguns mitos: o mito da Europa; o mito da fraternidade; o mito do regresso

Um dos mitos existente em Cabo Verde está relacionado com a perceção que os cabo-verdianos idealizam da Europa. Podemos analisar a forma como é projetada a imagem da Europa através de algumas estórias. Em vários dos seus textos, Germano Almeida, escritor cabo-verdiano, citado por Pereira (2011) afirma que:

Insiste na relação entre os cabo-verdianos e “os outros”, sejam estes Europeus ou Africanos, para distinguir os seus conterrâneos, a sua identidade peculiar e distintiva. É neste contexto de relação entre um “eu” de Cabo Verde e um “outro”, desta feita Europeu, que surge a menção ao mito de Europa. (...) A visão mítica do velho continente, aquela que se pretende destacar nestas páginas, constituiu um primeiro olhar lançado à Europa por todos aqueles que escutavam com prazer as *estórias* memoráveis de “nho Quirino”, na ilha cabo-verdiana da Boavista. Entre esses ouvintes incluía-se o próprio Germano Almeida, que confere um registo escrito à lenda,

gravando para a posteridade todos os elementos etnográficos, sociais, históricos, culturais nela implícitos. A narrativa oral de “nho Quirino”, na senda da mais antiga forma de comunicação entre os homens e dos próprios costumes do Arquipélago, permanece como uma porta de acesso a um mito que congrega tradição e inovação, para realçar renovadas vivências e intencionalidades: pelas palavras simples de um ‘eu’ que integra uma comunidade específica, fisicamente participante da lenda, se vai transmitindo e preservando um saber natural, mesclado de elementos da Antiguidade greco-latina e africano.

Outro mito que pode ser analisado tem a ver com a construção de determinadas imagens. Uma das formas de observar o mito pode ser através dos relatos e das perspectivas que são transmitidas e construídas pelos meios de comunicação social. Deste ponto de vista de Ortet (1996) assegura que:

A imprensa cabo-verdiana foi uma das que desempenhou, desde a altura em que esse país se tornou independente, um papel aproximador dos seus tecidos sociais aos de outros povos de língua portuguesa. (...) Digo mito da fraternidade no sentido de em que, ao ouvir falar de um angolano, um santomense, um moçambicano ou guineense, no fundo, o cabo-verdiano pensa nele mesmo, no pedaço dele, no irmão dele que partiu para um desses países há anos ou décadas e que lá tem filhos ou netos. (...) Dizer que o cabo-verdiano ao ouvir falar de um angolano, santomense, guineense, moçambicano ou brasileiro pensa nele mesmo é, em menor ou maior grau, o mesmo que dizer isso de um angolano, guineense, santomense ou moçambicano. (...) Além desse mito da fraternidade, a história comum destes povos fez nascer uma cultura também comum, o que tem permitido um elevado grau de identificação do povo de um país com o que acontece com o povo de outro país.

O regresso do emigrante a terra natal é um mito de cariz mundial. Na realidade estamos face a uma das expectativas mais comuns do imaginário dos emigrantes. O regresso, para a maioria, será sempre um sonho.

Na perspectiva de Silva (2015) o homem cabo-verdiano emigra mas leva com ele o seu imaginário e o seu património cultural e, embora dotado de aptidão natural para se integrar e conviver pacífica e harmoniosamente com os povos estrangeiros que o acolhem, ele jamais deixa de ser o que é, nunca perde os liames da sua vincada consciência identitária. Embora capaz de assimilar facilmente uma cosmovisão que o habilita a enriquecer o seu espírito e a superar as suas limitações, o cabo-verdiano jamais perde a bússola da sua própria geografia mesmo que milhares de léguas o separem das suas ilhas.

3. Breves reflexões

Os mitos são formas de explicação da realidade e coabitam com outras maneiras de percepção. Ao longo destas reflexões do decurso da história de Cabo Verde foi possível evidenciar algumas ideias. A história aqui espelhada e o enquadramento temporal retratam alguns fragmentos selecionados.

O arquipélago de Cabo Verde é profundamente marcado pela tradição oral ao longo da sua história. Neste campo os mitos ganham destaque especial.

Ao longo do tempo, desde a origem, passando pelo longo processo da colonização e até a independência, coexistiram uma série de mitos.

O contexto da descoberta é particularmente propício à criação de mitos, muitas vezes associados a uma génese gloriosa e, de certo modo, também aconteceu no arquipélago.

A mestiçagem aqui foi rotulada como uma forma hábil e até mítica que ajudou a entender alguns contornos da história de Cabo Verde.

Além das questões identitárias o mito legitima, não raras vezes, o estatuto social de alguns grupos na sociedade.

Ainda no período colonial, sobretudo na última fase, o mito de desenvolvimento foi explorado pelas metrópoles como estratégia de legitimação da ocupação.

No contexto das independências dos anos 60 e 70 da maior parte dos países africanos autênticos mitos de desenvolvimento foram sendo sugeridos e adotados. Neste contexto o objetivo era a legitimação dos novos governantes face aos seus povos.

Outros mitos foram aqui referenciados, como o mito da europa, da fraternidade e do regresso. Todos foram, a espaços, determinantes na configuração da identidade do povo cabo-verdiano. Fazem parte do imaginário coletivo e da própria história do povo das ilhas. Estão empenhados no tecido social cabo-verdiano.

Os mitos são construídos, obedecem a fins e objetivos sociais e desempenham um papel social relevante no contexto da sociedade. Foi notório o papel desempenhado pelos mitos na construção e na gestão de uma identidade coletiva.

Elaborar algumas reflexões de certos mitos que podem ser observados em Cabo Verde no contexto da sua história implica, também, alguma desconstrução ou clarificação dos contextos em que se processam os mitos.

A avaliação que é feita dos mitos não pode ser nem valorativa nem hierárquica em relação a outras formas de explicação da realidade. Os mitos existem e têm uma função social explícita que deve ser considerada e apreciada no seu contexto próprio.

Bibliografia

- Afonso, M., 1996, *Educação e classes sociais em Cabo Verde* (Dissertação de Mestrado não publicada) Lisboa, Instituto Superior de Ciências do trabalho e da Empresa
- Andrade, E., 1996, *As Ilhas de Cabo Verde: da Descoberta à Independência Nacional (1460-1975)*, Paris, L'Harmattan.
- Baleno, I., 1991, *Povoamento e Formação da Sociedade*, in Albuquerque, L., e Santos, M. (orgs) et. al. *História Geral de Cabo Verde*, 1991, Lisboa, Centro De Estudos De História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, Praia, Direção Geral Do Património Cultural.
- Cardoso, H., 1993, *O Partido Único em Cabo Verde: um Assalto à Esperança*, Praia, Imprensa Nacional.
- Carreira, A., 1972, *Formação e Extinção de uma Sociedade escravocrata (1460-1878)*, Lisboa, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- Díaz González de Viana, L., 2008, Amantes que se desvanecen en el tiempo: la memoria etnográfica o la compleja significación delas leyendas, in *Revista de Antropología Social* 17 141-164 141, ISSN: 1131-558X.
- Duarte, V., 2015, *Atlântida. Errâncias do imaginário...*, Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, pp. 429-438.
- Eliade, M., 1989, *Aspectos do Mito* (Manuela Torres, tradutora). Lisboa: Edições 70. (obra originalmente publicada em 1963).
- Estevão, J., 1989, Desenvolvimento endógeno e integração económica regional em África — algumas considerações sobre a estratégia cabo-verdiana de desenvolvimento, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, N.º 10 e11, Janeiro-Dezembro.
- Furtado, C., 1997, *Génese e (re)produção da classe dirigente em Cabo Verde*, Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, Praia.

Gomes, M., 2018, *Escritas Cômicas cabo-verdianas dos séculos XX e XXI: das narrativas de mestiçagem ao riso político em Germano Almeida e Mário Lúcio* (Tese Doutorado não publicado), Universidade Federal da Bahia – UFBA

Heimer, Franz-Whilhelm., Educação e Desenvolvimento em África: o papel problemático das teorias, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, N.º 12 e 13, Janeiro-Dezembro, 253-26.

Lima, A., 1992, *Reforma Política em Cabo Verde: do Paternalismo à Modernização do Estado*, Praia, Edição do autor.

Lopes Filho, J., 1981, *Subsídios para um Levantamento Cultural*, Lisboa, Plátano Editora.

Lopes Filho, J. (2013), in *jornal A Nação* n.º 296, Praia, 02 a 08-05.

Ortet, F., 1996, O olhar da imprensa cabo-verdiana sobre os países de língua portuguesa, in *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, Vol. XXI, n.º 2, Julho/Dezembro, 1996, pag. 143-151.

Pereira, S., (2011), Europa sob o olhar de Cabo Verde, in *Humanitas 63*, Universidade de Coimbra.

Silva, A., (1997), *O Processo Cabo-verdiano de Transição para a Democracia*, (Dissertação de Mestrado não publicada), Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Silva, L., 2015, *Crónicas da Terra Longe*, Lisboa, Chiado Editora.